



PARECER EM 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 308/2022

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 308/2022 de autoria dos nobres Vereadores Gabriel, Marcos Crispim, Nely Aquino, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto, que ***“Autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou in natura, a doarem o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal”***.

Em primeiro turno, o referido Projeto foi encaminhado às Comissões de **Legislação e Justiça; Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, Saúde e Saneamento e Administração Pública**, nos termos regimentais como se depreende do despacho de recebimento constante às fls. 21 dos autos da proposição em análise.

Na **Comissão de Legislação e Justiça** o Projeto recebeu o parecer pela **constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade** com apresentação de emenda, conforme se verifica às fls. 24-46 dos autos do Projeto.

Na **Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor**, o Projeto recebeu o parecer pela **aprovação**, nos termos das fls. 53-55 dos autos.



Na **Comissão de Saúde e Saneamento**, o Projeto recebeu o parecer pela **aprovação**, conforme fls. 59-62.

Por fim, na **Comissão de Administração Pública**, o Projeto recebeu o parecer pela **aprovação**, de acordo com as fls. 66-68 dos autos.

Seguindo o trâmite legislativo, o Projeto foi levado a votação ao Plenário dessa casa, sendo aprovado em primeiro turno.

Tendo em vista a apresentação de emendas, o Projeto retornou às Comissões para a emissão dos devidos pareceres em 2º turno.

Fui designado relator para exame da matéria na Comissão de Legislação e Justiça e nessa condição, emito o presente voto nos termos do art. 52, I, "a" e em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 308/2022 alvo deste parecer, pretende autorizar os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou in natura, a doar o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal, desde que os alimentos estejam dentro do prazo de validade, em condições próprias para o consumo, devendo ser observadas as condições de preservação e mantidas as suas propriedades nutricionais.

A **emenda 1** pretende suprimir o parágrafo único do art. 1º.



A **emenda 2** confere a seguinte nova redação ao art. 2º:

"Art. 2º Presume-se de boa-fé a doação realizada conforme o disposto nesta Lei."

A **emenda 3** acrescenta o seguinte art. 3º, renumerando os demais:

"Art. 3º - A autorização de que trata esta Lei tem caráter subsidiário e complementar à ação prioritária do Poder Público para organizar o abastecimento, com vistas a melhorar as condições de acesso a alimentos pela população, especialmente a de baixo poder aquisitivo, nos termos do art. 201 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Parágrafo único: Para cumprimento do disposto neste artigo:

I - as doações devem ser prioritariamente feitas por meio do Programa Municipal de Incentivo à Doação de Alimentos - Banco de Alimentos, conforme a Lei 8.617, de 17 de julho de 2003, e outros que componham o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SIMSAN, conforme Lei nº 9.527, de 31 de janeiro de 2008.

II - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte - COMUSAN/BH poderá expedir resoluções com critérios adicionais e disposições regulamentares a esta Lei com vistas à garantia da adequação às políticas de segurança alimentar vigentes."

A **emenda 4** trata-se de um substitutivo que "*Institui o Programa de Combate ao Desperdício de Alimentos e a Doação de Excedentes de Alimentos para o Consumo Humano, e dá outras providências*":



“Art. 1º - Fica instituído o Programa de Combate ao Desperdício de Alimentos e a Doação de Excedentes de Alimentos para o Consumo Humano, no âmbito do Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Os estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, incluídos alimentos in natura, produtos industrializados e refeições prontas para o consumo, ficam autorizados a doar os excedentes não comercializados e ainda próprios para o consumo humano que atendam aos seguintes critérios:

- I - estejam dentro do prazo de validade e nas condições de conservação especificadas pelo fabricante, quando aplicáveis;
- II - não tenham comprometidas sua integridade e a segurança sanitária, mesmo que haja danos à sua embalagem;
- III - tenham mantidas suas propriedades nutricionais e a segurança sanitária, ainda que tenham sofrido dano parcial ou apresentem aspecto comercialmente indesejável.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo abrange empresas, hospitais, supermercados, cooperativas, restaurantes, lanchonetes e todos os demais estabelecimentos que forneçam alimentos preparados prontos para o consumo de trabalhadores, de empregados, de colaboradores, de parceiros, de pacientes e de clientes em geral.

§ 2º - A doação de que trata o caput deste artigo poderá ser feita diretamente, em colaboração com o poder público, ou por meio de bancos de alimentos, de outras entidades beneficentes de assistência social certificadas na forma da lei ou de entidades religiosas.

§ 3º - A doação de que trata o caput deste artigo será realizada de modo gratuito, sem a incidência de qualquer encargo que a torne onerosa.



Art. 3º - O estabelecimento que aderir ao programa instituído por esta Lei será reconhecido pelo Poder Público, com o Selo Voluntário Alimentação Solidária.

Art. 4º - Os beneficiários da doação autorizada por esta Lei serão pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade ou de risco alimentar ou nutricional.

Parágrafo único - A doação a que se refere esta Lei em nenhuma hipótese configurará relação de consumo.

Art. 5º - O doador de alimentos deverá informar o prazo de validade e os ingredientes que os compõem, especificando se contêm substâncias alérgicas, como lactose, glúten e outras que possam trazer prejuízos à saúde de pessoas com alergias e/ou intolerâncias alimentares.

Art. 6º - Fica proibida a doação de qualquer tipo de alimento destinado ao consumo humano, oriundo de sobras ou restos de alimentares que já tenham sido servidos ou distribuídos ao consumo individual.

Art. 7º - Aplica-se, no que couber, a Lei Federal nº 14.016, de 23 de junho de 2020, as Leis Municipais nº 8.617, de 17 de julho de 2003, nº 9.527, de 31 de janeiro de 2008 e nº 10.589, de 28 de dezembro de 2012 e integrará o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 308/2022.



Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade das proposições nascidas nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.



A ***inconstitucionalidade material*** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Temos que a **emenda 1** apenas suprime dispositivo do Projeto e que tal supressão não prejudica o mesmo, mantendo sua significância e objetivo.

Temos que as **emendas 2, 3 e 4** observam os preceitos e princípios das Constituições Federal e Mineira e não violam a competência dos demais entes federativos, sendo constitucionais:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de **interesse local**;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.



Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

IV - promover plano, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

De tal sorte, votamos pela **constitucionalidade** das **emendas 1, 2, 3 e 4** ao Projeto de Lei nº 308/22.

1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Temos que as emendas estão de acordo com o ordenamento jurídico pátrio, não apresentando quaisquer violações à legislação vigente.



Nestes termos, votamos pela **legalidade** das **emendas 1, 2, 3 e 4** ao Projeto de Lei nº 308/22.

1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos as emendas estão instruídas corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** das **emendas 1, 2, 3 e 4** ao Projeto de Lei nº 308/22.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são *pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** das **emendas 1, 2, 3 e 4** ao Projeto de Lei nº 308/22.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2022.

JORGE LUIZ DOS
SANTOS:023770
68731

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ
DOS SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731
Dados: 2022.11.23 16:10:27 -03'00'

Vereador Jorge Santos

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 23/11/2022 19:17:31 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer - PL 308-22 - 2º Turno - assinado.pdf
Resumo SHA256 do arquivo b9e4736e76ec3f5b5174319131d15dbaf86bba4ad709e85bfea86d59e88b5263
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:***770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 23, 2022 at 7:10:27 PM UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 383/2022 - 2º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 383/2022, que “Altera a Lei nº11.065, de 1º de agosto de 2017, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo e aprovado em primeiro turno de votação, retorna a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer jurídico sobre as emendas apresentadas ao seu texto, em conformidade com os trâmites regimentais.

Designado relator, passo a analisar as proposições nos exatos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 383/2022, segundo o disposto na sua justificativa, “visa realizar ajustes na atual estrutura organizacional do Poder Executivo, adequando a dinâmica da agenda de governo. Em síntese, as principais alterações têm como objetivo: (1) permitir que as unidades do Poder Executivo possam compartilhar as atividades de planejamento, orçamento e gestão, proporcionando a otimização das estruturas; (2) promover ajustes meramente formais, trazendo de forma consolidada a vinculação dos órgãos colegiados já existentes na legislação municipal; (3) consolidar na Lei nº11.065, de 2017, as competências da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte criada recentemente pela Lei nº11.319, de 22 de outubro de 2021, e (4) promover adequações orçamentárias em razão da transposição de competências da Sudecap para a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.”

Após a sua aprovação em 1º turno, foram apresentadas 5 (cinco) emendas ao texto do PL nº 383/2022 e 7 (sete) subemendas ao Substitutivo-Emenda nº 1 apresentado à proposição legislativa em tela.

Evitaremos reproduzir *ipsis litteris* as emendas e subemendas apresentadas, pois tornaria o conteúdo deste parecer jurídico demasiado extenso. A seguir, nos limitaremos a descrever o seu conteúdo de forma objetiva e sucinta de forma que se depreenda o seu conteúdo.

Emenda 1/2022

O substitutivo-emenda tem como objetivo incluir na proposta original alteração na atual estrutura organizacional do Poder Executivo visando a divisão das políticas atualmente sob competência da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Dessa forma, será mantida a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a alteração do respectivo nome, e haverá a criação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Lado outro, autoriza o Poder Executivo a ampliar os créditos adicionais no orçamento no valor de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais) frente ao valor de R\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais) previstos no texto da proposição legislativa original.

Emendas 2 a 5 /2022

As emendas de nº 2 a 5 apresentadas objetivam suprimir artigos do projeto de lei original, quais

sejam, respectivamente, art. 26 (faz alterações na composição e funcionamento do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município e delega a decreto dispor sobre como será realizada a avaliação de desempenho dos procuradores pelo conselho), art. 25 (inclui incisos com novas competências no objeto social da PBHAtivos) e o inciso II do art. 20 (cria 500 pontos unitários de DAM - Direção e Assessoramento Municipal do Executivo).

Subemendas 1 e 5/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprimem o art. 29 no texto do substitutivo apresentado. O art. 29 tem a mesma redação do art. 26 do projeto de lei original. E sua supressão segue a mesma lógica.

Subemenda 2/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprime o art. 18; o inciso III, do art. 23; a alínea j, do inciso II, do art. 32 e a tabela E do Anexo III, da Lei nº 11.065, de 2017, com redação dada pela Anexo II. Trata da criação do cargo de recrutamento amplo de Coordenador de Unidade Cultural, que deveria ser preenchidos por recrutamento limitado na visão da autora da proposição legislativa, Vereadora Iza Lourença.

Subemenda 3/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Inserir no art. 31 o parágrafo único para que a ampliação dos créditos adicionais ao orçamento atual, previsto no *caput*, tenha justificativa detalhada das razões para utilização dos créditos, bem como a área e destinação específica do recurso.

Subemenda 4/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

A subemenda 4 acrescenta artigo no substitutivo, onde couber, para dispor que as nomeações dos cargos criados pelo artigo 23 serão precedidas de comunicação enviada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, contendo a justificativa para o aumento de pessoal em cada órgão da administração pública direta ou indireta do município. Prevê requisitos mínimos constantes na referida justificativa.

Subemenda 6/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprime o art. 28 que acrescenta competências ao objeto social da PBHAtivos.

Subemenda 7/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprime o inciso II do art. 23 que dispõe sobre a criação de - 500 (quinhentos) pontos unitários de Direção e Assessoramento Municipal - DAM - do Poder Executivo.

Feito este breve resumo sobre o teor das emendas, passaremos ao exame dos requisitos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas e subemendas apresentadas ao PL nº 383/2022.

No exame da juridicidade sob o aspecto da sua constitucionalidade, relativamente às emendas 1 a 5 e às Submendas 1, 2, 3, 5, 6 e 7 ao Substitutivo-Emenda nº 1, não vislumbramos inconstitucionalidades em seus textos.

As emendas 2 a 5 e as subemendas 1, 2, 5, 6 e 7 ao Substitutivo-Emenda nº 1 por conterem apenas supressões de dispositivos do projeto de lei original estão em conformidade com as normas e princípios constitucionais e a legislação infraconstitucional.

O Substitutivo-Emenda nº 1 e a Subemenda 3, apresentada a ele, também estão em conformidade com o disposto na Constituição da República de 1988. São proposições legislativas que estão dentro da competência legislativa do município e do poder legislativo municipal e não desrespeitam a iniciativa privativa do poder executivo. Isto porque estão de acordo com o disposto no art. 30, I; no art. 61, §1º, II, “a” e “b” e no art. 2º, todos, da Constituição Federal de 1988 - CF/88. O primeiro artigo traz a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, o segundo artigo traz as competências do chefe do executivo e o último artigo dispõe sobre o princípio da harmonia e independência entre os poderes.

São proposições legislativas que objetivam, na visão de seus autores, aperfeiçoar o texto do projeto de lei original, facilitando sua aprovação em plenário.

A exceção é a Subemenda 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1. Esta subemenda pretende incluir no Substitutivo-Emenda nº 1 um artigo, em local que couber, como já especificado anteriormente. Ocorre que, o parágrafo único contido no artigo a ser incluído impede o efetivo cumprimento do comando contido no seu *caput*. Vejamos.

O *caput* do artigo dispõe que “As nomeações dos cargos criados pelo artigo 23 serão precedidas de comunicação enviada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, observado o *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, contendo a justificativa para o aumento de pessoal em cada órgão da administração pública direta ou indireta do município.”

Já o parágrafo único contido no mesmo artigo especifica “A justificativa deverá apresentar, no mínimo, as atribuições dos funcionários nomeados, carga horária, nível de escolaridade e órgão da administração pública direta e indireta em que for lotado.”

Para justificar o aumento de pessoal em cada órgão do Poder Executivo decorrente de nomeações pela criação de novos cargos, como pretende o autor da Subemenda 4, na realidade, o Poder Executivo deverá especificar os motivos, a necessidade e benefícios ao serviço público da nomeação daqueles agentes públicos e do respectivo aumento da despesa. Tal objetivo não será atingido somente exigindo que a justificativa contenha no mínimo, informações tais como atribuições, carga horária, escolaridade, órgão de lotação na realidade. Estes dados não demonstram as razões, a necessidade ou o benefício ao serviço público, como já mencionado, que justifiquem aumento de despesa de pessoal. Constituem informações básicas já constantes na legislação municipal e no ato de nomeação publicado. A redação do parágrafo único acaba por obstaculizar a efetiva fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo pretendida pelo legislador.

A redação do parágrafo único contido no artigo a ser incluído no Substitutivo-Emenda nº 1, como está, acaba por constituir imposição de obrigação inócua a outro poder do município de repasse de informações publicizadas, tanto com a lei a ser publicada, na legislação municipal sobre a matéria e no ato de nomeação. São facilmente verificáveis em rápida pesquisa no site oficial do próprio Poder Legislativo, no Portal do Poder Executivo e no Diário Oficial, afrontando o já mencionado art. 2º da CF/88, o princípio da eficiência e o princípio da razoabilidade. Pois não é eficiente e razoável exigir de um poder mobilizar sua máquina administrativa pra passar informações que não se prestam a efetiva fiscalização do ato objeto de fiscalização. E muito menos editar uma lei com tais comandos.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, uma proposição legislativa é legal quando se observa nela ausência de contrariedade com a legislação infraconstitucional em geral, como as leis federais, as leis estaduais e a lei orgânica municipal.

No presente caso, não vislumbramos ilegalidade na quase totalidade das emendas e subemendas ora

examinadas por ausência de confronto com a legislação infraconstitucional sobre a matéria. A exceção são as Subemendas 3 e 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1.

A Subemenda 3 dá nova redação ao art. 31 do Substitutivo-Emenda nº1 acrescentando um parágrafo único ao mesmo. O parágrafo único dispõe que a autorização expressa no *caput* do art. 31 será precedida de justificativa das razões para utilização dos créditos adicionais, bem como a área e destinação específica do recurso. Em verdade, a autorização legislativa para aumentar os créditos adicionais como previsto no *caput* do artigo 31 do substitutivo é dada pelo Poder Legislativo com a publicação da lei pura e simplesmente. O que, no caso, é precedida de justificativa detalhada, como pretende o legislador, é o aumento do crédito adicional a ser instrumentalizado pelo Poder Executivo quando de sua abertura via decreto. A redação como se encontra vai contra o disposto no art. 42 da Lei Federal 4.320/1964. O citado artigo prevê que créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Relativamente a Subemenda 4, a sua ilegalidade se impõe automaticamente pela sua inconstitucionalidade, não necessitando de maiores considerações.

Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade não vislumbramos ofensa ao regimento interno em quase todas as proposições legislativas. Entretanto, as Subemendas 3 e 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1 afrontam o art. 99, I do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

A Subemenda 3 infringe o referido art. 99, I pelos mesmos motivos de redação expostos no parágrafo deste parecer jurídico que examina a sua ilegalidade. A redação do parágrafo único da subemenda traz equívoco que contraria a técnica legislativa, além de não possuir clareza. A autorização legislativa para aumentar os créditos adicionais é dada com a publicação da lei. A justificativa detalhada deve vir quando do aumento do crédito adicional a ser realizado pelo Poder Executivo quando de sua abertura via decreto.

A Subemenda 4 infringe o regimento interno pelos motivos técnicos e de redação exposto nos parágrafos deste parecer jurídico que discorrem sobre sua inconstitucionalidade. Pretender incrementar a fiscalização de atos do Executivo e pelo Legislativo estabelecendo necessidade de justificar o aumento de despesa de pessoal pela nomeação de agentes públicos em virtude de cargos criados pelo art. 23 do Substitutivo-Emenda nº 1 e logo após estabelecer requisitos mínimos que não permitem atingir o objetivo de fiscalização do aumento de despesa pretendido é desarrazoado, traz contradição com o comando do art. 31, que se pretende alterar. Não observa a técnica legislativa.

Visando sanar os vícios apontados nas Subemendas 3 e 4 apresentaremos anexas novas subemendas ao Substitutivo-Emenda nº 1º visando preservar o objetivo do autor das mesmas.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas 1 a 5 e das Subemendas 1, 2, 5, 6 e 7 ao Substitutivo-Emenda nº 1, pela constitucionalidade, ilegalidade e antiregimentalidade da Subemenda nº 3 ao Substitutivo-Emenda nº 1 e pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antiregimentalidade da Subemenda nº 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1, todas apresentadas ao Projeto de Lei nº 383/2022. Apresentamos anexas subemendas ao Substitutivo-Emenda nº 1.

Belo horizonte, 07 de novembro de 2022.


VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO
Relator

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA Nº A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 383/2022

Dê-se a seguinte redação ao art. 31 do substitutivo Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 383/2022.

"Art. 31 - Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar os créditos adicionais ao orçamento vigente de que trata o art. 28 da Lei nº11.319, de 22 de outubro de 2021, no valor de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), podendo ser reaberto no exercício financeiro seguinte, no limite de seus saldos, nos termos dos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - A ampliação de crédito adicional de que trata o *caput* desse artigo será precedida de justificativa detalhada das razões para utilização dos referidos créditos, bem como a área e
destinação específica do recurso."

Belo horizonte, 07 de novembro de 2022.



VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO
Relator

SUBEMENDA ADITIVA Nº A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 383/2022

Acrescente-se onde couber ao substitutivo Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº383/2022.

"Art. x - As nomeações dos cargos criados pelo artigo 23 serão precedidas de comunicação enviada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, observado o *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, contendo a justificativa detalhada para o aumento de pessoal em cada órgão da administração pública direta ou indireta do município.

Parágrafo único - A justificativa deverá apresentar, no mínimo, o motivo, a necessidade e o benefício ao serviço público da nomeação, as atribuições dos servidores públicos nomeados, carga horária, nível de escolaridade e órgão da administração pública direta e indireta em que for lotado."

Belo horizonte, 07 de novembro de 2022.



VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 425/2022

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 425/2022, de autoria dos Vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Ciro Pereira; Ver.(a) Dr. Célio Frois; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Léo; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão, que “Altera a Lei nº 11.216, de 04 de fevereiro de 2020 que Dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nos Capítulos II, III e IV do Título II da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa alterar a redação dos arts. 18 e 19 da Lei nº 11.216, de 04 de fevereiro de 2020 que Dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nos Capítulos II, III e IV do Título II da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte.

A alteração proposta consiste, basicamente, nos seguintes pontos:

- a mudança da forma de cálculo da área passível de transferência;
- a limitação aos imóveis situados dentro da avenida do contorno para aplicação do fator de interesse cultural;
- o estabelecimento de que a cada 15 anos o potencial construtivo concedido para preservação do patrimônio cultural poderá ser revisto;
- a previsão de contrapartida financeira para liberação do potencial construtivo.

Como justificativa expõe que:

“Este projeto de lei tem por finalidade a manutenção da efetividade do instrumento da Transferência do Direito de Construir — TDC — perante a redução dos índices construtivos promovidos pelo plano diretor.

PR. J. COLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 21/11/22
HORA 10:13:45



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O objetivo proposto é alcançado por meio da exclusão das áreas construídas de imóveis tombados ou protegidos do cálculo do potencial construtivo passível de transferência, de modo a ampliar o fomento que a cidade confere as políticas que se beneficiam da TDC.

Além disso, edificações tombadas que possuem acréscimos espúrios passariam a poder transferir o potencial construtivo desses, quando demolidos em nome da higidez da preservação do objeto do tombamento.”

Considerando a especificidade do tema, apresentei pedido de informação para que o Projeto fosse baixado em diligência ao Executivo para emissão de parecer informando se existe impedimento jurídico e/ou técnico às alterações propostas no Projeto. No entanto, não houve resposta ao pedido de diligência.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;”.

E o art. 171, inciso I, alínea “d” da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: “Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente: a) o plano diretor;”.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

A seu turno, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3425-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)

Destarte, pelo fato de o tema objeto do projeto de lei em análise (alteração de lei que dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana) não se encontrar expressamente contemplado entre aqueles a serem tratados por lei de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º da Constituição da República) ou do Governador do Estado de Minas (art. 66, III da Constituição Mineira) e, por simetria, do Prefeito, não há inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Conforme exposto no item 2 deste parecer “fundamentação”, a proposição em questão visa alterar as normas que dispõe sobre a outorga onerosa do direito de construir, notadamente acerca da transferência do direito de construir, disposta em lei municipal.

Tratam-se de pontos que respeitam preceitos e diretrizes constitucionais, de modo que face a ausência de vício de competência e de iniciativa, resta configurada a constitucionalidade do Projeto de Lei n. 425/2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico, conforme exposto adiante.

Inicialmente, no entanto, vale dizer que a proposição encontra respaldo na Lei n. 10.257/01, conhecida como Estatuto das Cidades, que prevê que lei municipal poderá permitir a transferência do direito de construir disposto no plano diretor:

Art. 30. Lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando:

- I – a fórmula de cálculo para a cobrança;*
- II – os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;*
- III – a contrapartida do beneficiário.*

Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;*
- II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;*
- III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.*

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do caput.

§ 2º A lei municipal referida no caput estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

A ilegalidade recai sobre a redação proposta para o caput do art. 19 ao prever que a Planta de Valores Imobiliários é utilizada para o cálculo do ITBI.

Embora a redação do caput do referido artigo seja idêntica à prevista atualmente na Lei n. 11.216/20, trata-se de previsão contrária ao entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1937821/SP, que foi afetado como representativo de controvérsia e firmada a tese no Tema Repetitivo n. 1113.

O entendimento firmado pelo STJ é de que para o cálculo do ITBI deve ser utilizado o valor venal do imóvel declarado pelo contribuinte referente à operação realizada e não a base de cálculo utilizada para lançamento do IPTU:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI). BASE DE CÁLCULO. VINCULAÇÃO COM IMPOSTO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU). INEXISTÊNCIA. VALOR VENAL DECLARADO PELO CONTRIBUINTE. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. REVISÃO PELO FISCO. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE. PRÉVIO VALOR DE REFERÊNCIA. ADOÇÃO. INVIABILIDADE.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior é no sentido de que, embora o Código Tributário Nacional estabeleça como base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) o "valor venal", a apuração desse elemento quantitativo faz-se de formas diversas, notadamente em razão da distinção existente entre os fatos geradores e a modalidade de lançamento desses impostos.

2. Os arts. 35 e 38 do CTN dispõem, respectivamente, que o fato gerador do ITBI é a transmissão da propriedade ou de direitos reais imobiliários ou a cessão de direitos relativos a tais transmissões e que a base de cálculo do tributo é o "valor venal dos bens ou direitos transmitidos", que corresponde ao valor considerado para as negociações de imóveis em condições normais de mercado.

3. A possibilidade de dimensionar o valor dos imóveis no mercado, segundo critérios, por exemplo, de localização e tamanho (metragem), não impede que a avaliação de mercado específica de cada imóvel transacionado oscile dentro do parâmetro médio, a depender, por exemplo, da existência de outras circunstâncias igualmente relevantes e legítimas para a determinação do real valor da coisa, como a existência de benfeitorias, o estado de conservação e os interesses pessoais do vendedor e do comprador no ajuste do preço.

4. O ITBI comporta apenas duas modalidades de lançamento originário: por declaração, se a norma local exigir prévio exame das informações do contribuinte pela Administração para a constituição do crédito tributário, ou por homologação, se a legislação municipal disciplinar que caberá ao contribuinte apurar o valor do imposto e efetuar o seu pagamento antecipado sem prévio exame do ente tributante.

5. Os lançamentos por declaração ou por homologação se justificam pelas várias circunstâncias que podem interferir no específico valor de mercado de cada imóvel transacionado, circunstâncias cujo conhecimento integral somente os negociantes têm ou deveriam ter para melhor avaliar o real valor do bem quando da realização do negócio, sendo essa a principal razão da impossibilidade prática da realização do lançamento originário de ofício, ainda que autorizado pelo legislador local, pois o fisco não tem como possuir, previamente, o conhecimento de todas as variáveis determinantes para a composição do valor do imóvel transmitido.

6. Em face do princípio da boa-fé objetiva, o valor da transação declarado pelo contribuinte presume-se condizente com o valor médio de mercado do bem imóvel transacionado, presunção que somente pode ser afastada pelo fisco se esse valor se mostrar, de pronto, incompatível com a realidade, estando, nessa hipótese, justificada a instauração do procedimento próprio para o arbitramento da base de cálculo, em que deve ser assegurado ao contribuinte o contraditório necessário para apresentação das peculiaridades que amparariam o quantum informado (art. 148 do CTN).

7. A prévia adoção de um valor de referência pela Administração configura indevido lançamento de ofício do ITBI por mera estimativa e subverte o procedimento instituído no art. 148 do CTN, pois representa arbitramento da base de cálculo sem prévio juízo quanto à fidedignidade da declaração do sujeito passivo.

8. Para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC/2015, firmam-se as seguintes teses: a) **a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação;** b) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do CTN);

c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.

9. Recurso especial parcialmente provido.

Sendo assim, uma vez que nos termos do entendimento firmado pelo STJ, a previsão do caput do art. 19 do Projeto de Lei em análise viola o art. 148 do Código Tributário Nacional, apresento, ao final deste parecer, emenda para suprimir a expressão “utilizada para o cálculo do ITBI” e sanar a ilegalidade constatada.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 425/2022, com apresentação de emenda.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 425/2022.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 425/2022, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 10 de novembro 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.11.21 10:11:13 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EMENDA N. ____ AO PROJETO DE LEI N. 425/2022

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei n. 425/2022:

Art. 2º - O art. 19 da Lei nº 11.216, de 04 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19: A correspondência entre a área transferida do imóvel gerador e a área recebida pelo imóvel receptor será ponderada pela razão entre os valores constantes na Planta de Valores Imobiliários.

Parágrafo único: A superação do coeficiente de aproveitamento básico por intermédio da Transferência do Direito de Construir não poderá exceder, anualmente, de 10% (dez por cento) o potencial construtivo total aplicado em imóveis receptores apurado no ano-calendário anterior.

Belo Horizonte, 10 de novembro 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.11.21 10:11:36 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 21/11/2022 13:17:52 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 425-2022 altera lei política urbana (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo dffb2e7ade820adeebf9a33bccf3840bd8eb57f3f2fa606a2e4b94459bbbc438
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 21, 2022 at 1:11:13 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	November 21, 2022 at 1:11:36 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 450/2022
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 45, de 08/11/2022) que *Autoriza a utilização do saldo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – para a concessão de abono aos servidores ativos ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira da Educação.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 450/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 450/2022, em suma, autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos resultantes dos saldos anuais do Fundeb para a concessão de abono aos servidores ativos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira dos Servidores de Educação.

Para tanto, o Projeto em tela ainda prevê que a utilização dos recursos poderá ocorrer por meio de publicação em portaria da Secretaria Municipal de Educação – SMED – e aprovação da Câmara de Coordenação Geral – CCG., bem como define que o valor do abono observará os critérios da SMED, não podendo ser superior a 250% do vencimento-base inicial do nível 12 do cargo de Professor Municipal.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 28/11/2022
HORA. 10:10:22

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 450/2022 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I e II), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local, bem como suplementar a legislação Federal e Estadual.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, inciso I e II.

Art. 171. - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

(...)

II – sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:

Importante destacar que o Projeto em apreço encontra-se em conformidade com os limites e as obrigações dos entes federados no tocante ao desenvolvimento da educação e à valorização dos seus profissionais dispostas no art. 212-A, incisos I e XI.

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; ***(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)***

(...)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea "c" do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea "b" do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; ***(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)***

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No tocante ao Projeto de Lei nº 450/2022, ressalta-se que a proposição se encontra em estrita concordância com o art. 2º da Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, que *Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências*. In verbis:

Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei.

Destaca-se ainda o § 2º do Art. 26 da Lei supracitada.

Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

(...)

§ 2º Os recursos oriundos do Fundeb, para atingir o mínimo de 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos destinados ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, poderão ser aplicados para reajuste salarial sob a forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial.
(Incluído pela Lei nº 14.276, de 2021)

Observa-se, pelo texto normativo disposto acima, que a Lei nº 14.113/2020 permite que os recursos do Fundeb, destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais

da educação básica em efetivo exercício, possam ser aplicados sob a forma de abono. Destarte, resta claro que o Projeto de Lei nº 450/2022 se coaduna com a legislação em tela.

Por fim, cumpre ainda destacar a conformidade do Projeto em apreço com a Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito à geração de despesas e aos limites e controles com os gastos com pessoal.

Neste sentido, concluo pela legalidade/juridicidade do Projeto de Lei nº 450/2022.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 450/2022, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei 450/2022.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2022.

**IRLAN
CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado
PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2022.11.28 10:09:48
-03'00'

Vereador Irlan Melo



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 28/11/2022 10:11:27 BRT
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer Irlan.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 413ea32026b709d2fb300c472bfebb5f1fcd80c0fd43a9a3aace6cdb84180e0d
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

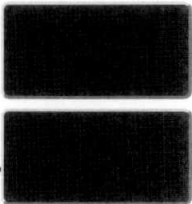
▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 28, 2022 at 10:09:48 AM BRT
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos



Modo escuro ☐



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 240/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 240/21, que “Dispõe sobre a utilização do cordão de girassol como símbolo para a identificação da pessoa com deficiência oculta no Município e dá outras providências”, de autoria das vereadoras Nely Aquino e Flávia Borja, do vereador Marcos Crispim e da vereadora Professora Marli, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, destacam-se:

- a supressão dos arts. 5º e 6º em razão da aprovação das emendas nºs 1 e 3, renumerando-se assim o art. 7º para art. 5º;
- a inclusão do § 3º ao art. 4º em razão da aprovação da Emenda nº 7.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 240/21.

Belo Horizonte, 25/11/22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-25/nov/22-10-39-13-008202-1



PROJETO DE LEI Nº 240/21

Dispõe sobre a utilização do cordão de girassol como símbolo para a identificação da pessoa com deficiência oculta no Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A utilização do cordão de girassol torna-se símbolo para a identificação da pessoa com deficiência oculta no Município.

Art. 2º - O cordão de girassol de que trata o art. 1º desta lei deverá ser da cor verde, estampado de girassóis da cor amarela e seguir o modelo contido no Anexo Único desta lei.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, entende-se por pessoa com deficiência oculta aquela que possui impedimento de longo prazo, de natureza mental, intelectual ou sensorial, que possa impossibilitar sua participação plena e efetiva na sociedade quando em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º - Por meio do uso do cordão de girassol, a pessoa com deficiência oculta terá assegurados os direitos a atenção especial e a atendimento prioritário e humanizado.

§ 1º - Para os efeitos do disposto no *caput* deste artigo, as repartições públicas, as empresas prestadoras de serviços públicos e os estabelecimentos privados deverão oferecer atendimento prioritário e serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e imediato à pessoa com deficiência oculta que esteja portando o cordão de girassol.

§ 2º - Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, entende-se por estabelecimentos privados:

I - supermercados;

II - bancos;

III - farmácias;

IV - bares;

V - restaurantes;

VI - lojas em geral;

VII - demais estabelecimentos que exerçam atividades similares às dos elencados por este § 2º.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

§ 3º - A utilização do cordão de girassol não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência oculta, caso seja solicitado.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 25 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



ANEXO ÚNICO

Modelo do cordão de girassol:



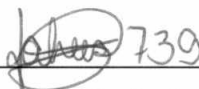


DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 240 / 2021**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 17/11/2022,



Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 25 / 11 / 2022

Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 259/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 259/22, que “Obriga maternidade, casa de parto e estabelecimentos hospitalares da rede pública e privada a permitir a presença de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, sempre que solicitada pelo paciente”, de autoria da vereadora Duda Salabert e do vereador Irlan Melo, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre essas, cabe destacar a substituição do texto do art. 3º do projeto em função da aprovação da Emenda nº 1.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 259/22.

Belo Horizonte, 25 / 11 / 22


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 259/22

Obriga maternidade, casa de parto e estabelecimento hospitalar das redes pública e privada a permitir a presença de tradutor e intérprete de Libras.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A maternidade, a casa de parto e o estabelecimento hospitalar das redes pública e privada do Município ficam obrigados a permitir a presença de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras - quando solicitado pelo paciente surdo impossibilitado de se comunicar com o médico e/ou com a equipe médica durante a prestação de serviço de saúde, observadas as normas de segurança da unidade de saúde e a compatibilidade com o serviço prestado.

§ 1º - O tradutor e intérprete de Libras poderá ser livremente escolhido e contratado pelo paciente surdo; desde que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação competente que regulamenta a profissão.

§ 2º - O direito à presença de tradutor e intérprete de Libras não se confunde com o direito à presença de acompanhante garantido pela Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, e pela Lei Municipal nº 9.016, de 3 de janeiro de 2005.

§ 3º - O tradutor e intérprete de Libras não trará ônus nem terá vínculo empregatício com os estabelecimentos a que se refere o art. 1º desta lei.

Art. 2º - A atuação do tradutor e intérprete de Libras se limita a intermediar a comunicação do paciente com o médico e/ou com a equipe médica durante a prestação de serviço de saúde, sem comprometer as normas de segurança do ambiente.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa.

Art. 4º - O Executivo regulamentará esta lei no que couber.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 25 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO




DIRLEG

FI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 259 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 16/11/2022,

739
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irton Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 25 / 11 / 2022
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 349/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 349/22, que “Institui no município de Belo Horizonte o direito do contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, tais como Pix, para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições”, de autoria da vereadora Marcela Trópia, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 2 (Substitutivo) e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

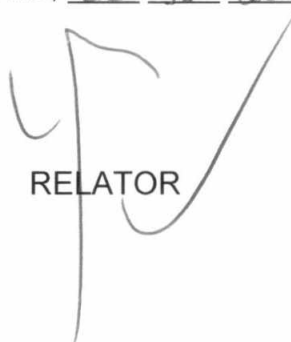
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 349/22.

Belo Horizonte, 26 / 11 / 22


RELATOR

CMBH_DIRLEG-25/nov/22-10:37:16-008199-1



PROJETO DE LEI Nº 349/22

Institui no Município o direito de o contribuinte ter acesso a meios e formas de pagamento digital para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o direito de o contribuinte ter acesso a meios e formas de pagamento digital, como a ferramenta de pagamento instantâneo Pix ou outras inovações que sejam desenvolvidas, para a quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições com o Município.

Parágrafo único - Os meios de pagamento a que se refere o *caput* deste artigo deverão possibilitar a identificação do contribuinte e do débito a ser pago por meio de cruzamento de dados.

Art. 2º - No caso de pagamento por meio de Pix, a administração pública deverá disponibilizar ao contribuinte *QR Code*, *link* específico ou chave aleatória específica para a identificação do pagamento.

Parágrafo único - Os meios de identificação de pagamento a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser disponibilizados no *site* da Prefeitura de Belo Horizonte e ficar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos finais de semana e feriados, para possibilitar a emissão de guias, a geração de *links* ou outros meios para pagamento digital.

Art. 3º - Os encargos e eventuais diferenças de valor cobrados por conta da utilização dos métodos de pagamento de que trata esta lei ficarão exclusivamente a cargo do contribuinte, salvo determinação diversa do poder público municipal.

Art. 4º - O disposto nesta lei aplica-se inclusive aos créditos tributários anteriores à sua vigência.

Art. 5º - Esta lei poderá ser regulamentada no que couber por decreto do Poder Executivo.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá dispor dos meios adequados e necessários para garantir a divulgação desta lei.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Belo Horizonte, 25 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO




DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 349 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 17/11/2022,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 25 / 11 / 2022
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 421/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 421/22, que “Dá o nome de Praça do Paulo Roberto dos Santos à Praça Quatro Mil Novecentos e Oitenta, no Bairro Buritis”, de autoria do vereador Braulio Lara, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 421/22.

Belo Horizonte, 23 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-25/nov/22-10:37:58-008201-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 421/22

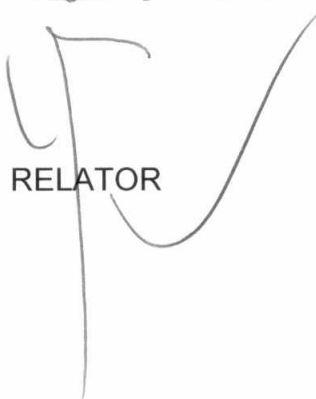
Dá o nome de Praça Paulo Roberto dos Santos à Praça 4980, no Bairro Buritis.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Praça Paulo Roberto dos Santos a Praça 4980, código 313810, no Bairro Buritis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 25 / 11 / 22


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



PL Nº 421 / 22

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 18 / 11 / 22

487

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 25 / 11 / 2022

[Assinatura]
Presidente da comissão